

O QUE É PARTIDO DE PROJETO?

Marcos Faccioli GABRIEL*

Resumo: A expressão “partido de projeto” é de uso corrente entre arquitetos brasileiros e já ganhou lugar nos dicionários da língua. Contudo, não se encontra na bibliografia uma caracterização formal enquanto conceito. Neste estudo, investigamos o sentido da mesma enquanto designação do modo de operar que distingue a arquitetura das disciplinas universitárias com as quais coopera na construção do ambiente humano. Enquanto na tecnologia deve haver uma correspondência ponto a ponto entre as características do objeto e a performance esperada do mesmo, no projeto de arquitetura isto é pouco provável pois este não pode satisfazer no mesmo grau todos os critérios que sobre ele incidem, sendo o “partido do projeto” aquele ato de escolha de prioridades funcionais, tecnológicas ou estéticas de modo a obter um objeto possível e cuja significação supera qualquer tabela prévia de desempenhos.

Palavras-chave : projeto arquitetônico, projeto tecnológico, arquitetura, engenharia, estética da arquitetura.

Abstract: “Partido de projeto” is a current expression amongst brazilian architects with no English equivalent. So usual it has become that dictionaries have already granted a place to it. However, nowhere in the professional literature a formal conceptualization thereof can be found. We here undertake to investigate its meaning as the operative way which is peculiar to architecture and sets it off all disciplines with which it shares the building of human environment. Whereas in technology one can always expect a one to one relationship between every characteristic of the object and its assigned performance, in the architectural design such mode of correspondence is not supposed to be matched up, for the latter can’t meet up all the requirements that bear on it to the same extent and with equal emphasis. The “Partido de projeto” stands out then as the act of choice by way of which some requirements are brought to the fore, be them of

* Professor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente. Atualmente cumpre doutoramento na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. E-mail: mgbr@uol.com.br.

functional, constructive or of aesthetic nature, so as to lead up to a possible object, whereas other aspects are meant to play a secondary role and to stand in the background. The unity that turns out of the processes however bears a signification to itself that can't be put forth in advance by any formal set of requirements.

Keywords : architectural design, technological design, engineering, architecture, architectural aesthetics.

1. Introdução

Este trabalho surgiu do interesse em construir referências para a discussão travada nos cursos universitários de arquitetura sobre como se deva compreender esta atividade e sua diferença e peculiaridade em relação às outras disciplinas universitárias com que coopera na construção do ambiente humano. O ensino de arquitetura, sempre em questão, requer empenho em dar objetividade e referências culturais à esse debate, em face do qual tomamos o conceito de Partido de Projeto como fio condutor. Este nos tem sido um tema de oportunidade imediata em vista das necessidades do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP- campus de Presidente Prudente, onde lecionamos, o qual ainda é novo e tem sido construído num esforço conjunto dos professores de arquitetura com professores de outros cursos, sobretudo de Geografia e de Engenharia Cartográfica da mesma instituição. Este estudo precedeu um projeto de pesquisa² através do qual, por dois anos, pudemos dar um tratamento formal sobre o tema. Assim, se este texto é esquemático e preliminar, serve muito bem ao propósito de ser uma introdução àquele outro mais desenvolvido.

2. Que tipo de atividade é o projeto?

O projeto arquitetônico é uma atividade produtiva criativa. Esta expressão um tanto óbvia e desajeitada pretende evocar o que a antiguidade clássica conhecia como “atividades poéticas”, atividades que trazem à efetividade produtos com que os homens se relacionam de algum modo, tanto no uso como na contemplação. A arquitetura traz à efetividade os espaços construídos prontos para o abrigo humano. O que conhecemos

² GABRIEL, M. F. **A filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein**: uma possibilidade de compreender a arquitetura? Relatório de conclusão de pesquisa bienal 2010-11, Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

como tecnologia, que é atividade não menos produtiva e criativa, é a concepção e a produção de materiais, máquinas, instrumentos e processos que aplicam os conhecimentos da ciência à ação produtiva humana sobre a natureza, uma ação sempre finalista. Já a ciência é uma atividade teórica, ou seja, tem como finalidade o conhecimento daquilo que se apresenta enquanto realidade. As atividades produtivas têm como resultado produtos, coisas palpáveis e utilizáveis; a ciência tem como resultado o conhecimento. A diferença entre a arquitetura e a tecnologia, a despeito da reserva que isto possa suscitar, talvez ainda contenha algo da antiga diferença entre artes mecânicas e artes liberais, sendo estas últimas aquelas cujos produtos se prestavam à contemplação por homens livres. Sabe-se que o status da arquitetura era disputado mesmo na antiguidade, até, pelo menos, a intervenção de Vitrúvio na época do imperador Augusto quando estabilizou-se como arte liberal.

Começamos por investigar um pouco, como fator de contraste e de posicionamento, a natureza da ciência, mas, também, porque a ciência é a atividade e a missão que nos congrega a todos na universidade. Como se conduz uma pesquisa científica? Costuma-se partir de uma apresentação do “estado da arte”, ou seja, proceder por uma revisão bibliográfica que examine pesquisas já realizadas e cujos temas sejam relacionados, fronteiriços ou similares ao tema proposto, o que evita repetições e pavimenta o caminho com todo tipo de indicações. Assim, pode-se dizer que qualquer pesquisa parte de conhecimentos prévios que lhe delimitem o objeto, a extensão e os procedimentos bem como eventuais posicionamentos críticos e polêmicos. Procurando dar um cunho mais analítico a estas observações, diremos que todo objeto válido de pesquisa encontra já um campo previamente determinado e um conjunto de princípios fundamentais que fundam esse campo científico e permitem e regulam a constituição de seus objetos. A pesquisa expande e preenche lacunas nesse campo, bem como pode vir a desfazer omissões ou equívocos e, como é freqüente, pode deixar problemas e questões pendentes que permanecerão na agenda de pesquisa.

Eventualmente, contudo, surgem fenômenos ou problemas que resistem ao envolvimento explicativo no quadro dos princípios fundamentais admitidos. Acontece, então, um percurso errático permeado de contradições e de zonas cinzentas em que novos princípios fundamentais são construídos. Estas ocasiões são as chamadas “revoluções científicas”, em que novos princípios e novos objetos vêm à luz. É o que se deu na física desde fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando, a partir de problemas no estudo dos campos eletromagnéticos e do célebre experimento de Michelson-Morley, viram-se surgir as teorias da relatividade

de Einstein e a mecânica quântica, que se tornaram os pilares da ciência natural desde então. Não é demais lembrar que esta descrição sumária passa por alto o drama humano que sempre acompanha essa atividade e a forma das instituições no interior das quais - e segundo cujas regras - a pesquisa se dá.

Nos dias de hoje, como um exemplo hipotético, um pesquisador da área da supercondutividade eventualmente depara-se com um experimento onde há uma nova possibilidade em termos de materiais ou de condições para o fenômeno e, no quadro do conceito da supercondutividade dará início ao percurso de revisão que descrevemos acima e poderá expandir o campo já estabilizado ou, até mesmo, abrir uma crise desse campo que pedirá a reformulação de seus princípios. A história das ciências humanas, por seu turno, desde Michel Foucault e sua teoria das formações discursivas e da enunciação³, tem enfatizado as rupturas, ou seja, a irrupção da diferença contra a manutenção de sínteses de continuidade que nossos hábitos intelectuais acostumaram-se a admitir a priori desde há séculos. Assim, sem pretender afirmar qualquer movimento comum entre ciências naturais e humanas, o problema das revoluções científicas pode ser dado como pertinente em ambos os campos.

Na região de fronteira em que a arquitetura se encontra, em que diferentes áreas cooperam para um mesmo fim, que é o ambiente construído, ou seja, em que todos nós, arquitetos, urbanistas, cartógrafos, geógrafos, engenheiros civis e ambientais nos encontramos, deve-se perguntar quem faz o quê. É uma pergunta preliminar e, supõe-se, bem conhecida, mas se fizermos uma pesquisa entre nós, talvez nos surpreendamos com as dúvidas e lacunas, ou seja, talvez não compreendamos bem uns aos outros. Como, afinal, delimitam-se as áreas do saber e da ação produtiva? Pela natureza dos objetos de estudo e de intervenção? Mas um mesmo objeto físico - como a cidade e o território - pode, no espírito da Arqueologia do Saber de Foucault⁴ revelar-se múltiplos objetos científicos e práticos, conforme os princípios constitutivos de cada área do saber que sobre eles dirijam o foco. Como exemplo ilustrativo, no espírito da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein⁵, um mesmo conjunto de cartas de baralho serve a um bom número de jogos diferentes, que exercitam e requerem, cada um, habilidades distintas, tão diferentes quanto o Poker e o Truco, por exemplo. As cartas são as mesmas, mas o valor de cada uma bem como as regras do jogo, diferem enormemente.

³ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁴ FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

⁵ WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1973

Este exemplo ilustra quão pouco esclarecedor pode ser tomar-se o objeto físico sem levar em conta os critérios que o definem para a atividade ou área de estudo particulares, algo análogo às regras de cada jogo particular.

As chamadas “ciências humanas” e as “ciências históricas” seguem, com algumas ressalvas fundamentais, o modelo geral das ciências naturais. Na história, o cuidado das ciências naturais com os experimentos, afinal o teste último e definitivo do conhecimento científico, encontra paralelo na crítica dos documentos. As “ciências humanas”, ao encantar-se com o exemplo da física, já se viram, no passado, na contingência de pretender determinar seus princípios fundamentais ao modo de leis do desenvolvimento histórico. A crítica filosófica⁶ já mostrou quão pouca compreensão havia do que fossem as ciências da natureza, quanta hibridização entre a antiga metafísica e a ciência moderna havia, e, sobretudo, as dificuldades postas pela modernidade que se pretendia, desse modo, contornar. Todos estes “princípios” assumiam a forma de postulados sobre o que o homem fosse, sobre o que a sociedade fosse, sobre o que a psique fosse, sobre o que a cidade fosse e assim por diante. Acontece que há muito já “caiu a ficha” de que não se pode determinar o que o homem seja, pois ele é um “quem”, cuja ação nunca é inteiramente causada. Pode-se estudar a biologia humana como se faz com a dos animais, mas não a ação humana como regida por quaisquer leis científicas. Se assim não fosse, poder-se-ia prever o curso da história tanto quanto a física prevê como matéria e energia, nas suas múltiplas modalidades, se comportam em transformações de estado cujas condições iniciais sejam conhecidas. Em vez disso, nas ciências humanas estudam-se as circunstâncias e as ações e procura-se compreender que processos de ação e interação estejam acontecendo; em vez de determinar a legalidade dos fatos, aplicam-se os métodos para chegar aos fatos, pois estes não se mostram com facilidade. Pode-se, por exemplo, conduzir uma pesquisa no Congresso Nacional sobre origem social, região de origem, escolaridade e formação, ocupação profissional, renda e propriedade acumulada entre os parlamentares e estabelecer relações indicativas sobre a representatividade de setores sociais, sobre o desempenho legislativo, sobre as relações com os outros poderes, e sobre as disfunções do legislativo. Assim procedendo tem-se um quadro acurado de movimentos e tendências em curso, mas nada de determinístico. No máximo, pode-se afirmar que as ações humanas sempre se dão condicionadas pelas instituições que prescrevem como proceder em

⁶ Vejam-se, como referência para esta questão, os seguintes trabalhos de Karl Popper e Hannah Arendt : POPPER, Karl. **The poverty of historicism**. Londres: Routledge & Kegan, 2007. ARENDT, Hannah. **The Concept of History : Ancient and Modern**. In: **Between Past and Future**. Londres : Penguin Books, 2006.

cada ocasião, mas sempre com lacunas e ambigüidades e, sobretudo, com possibilidades ocultas e que vão sendo descobertas; descobertas que alargam o alcance daquelas instituições ou podem conduzir à sua transformação.

Além disso, analogias muito abrangentes entre as ciências humanas e as ciências naturais, em determinar leis causais na ação humana, freqüentemente descobrem, para perplexidade geral, que a ação humana não só é contingente, como tem algo de não razoável. Sempre ficamos perplexos ao observar pessoas agirem apaixonadamente por motivações às quais somos totalmente indiferentes ou que não podemos sequer compreender. Quantas obras ou feitos que custaram enormes esforços e muito sangue, não nos permanecem totalmente opacas quanto à sua motivação? Quantas vezes os historiadores não flagram os homens ao tomar as decisões mais graves pelos motivos mais fúteis? Além disso, há atividades humanas que a ciência só pode tangenciar. Com efeito, a história da arte, por exemplo, jamais eliminará o esforço e o risco da interpretação, que é o modo de conhecimento inescapável para quem se envolve com as produções artísticas.



Fig. O1 - Herman Finsterlin – Estudo para uma Casa da Sociabilidade, projeto 1920 – Fonte www.moma.org.

Talvez, o fulcro da polêmica entre a ciência moderna da natureza e as humanidades, diferentemente das “ciências humanas”, recaia mesmo sobre a atividade de interpretar. As ciências dizem conhecer a realidade tão melhor quanto menos se deixem desviar por ações ou perturbações subjetivas. O fato de que o conhecimento que se tem hoje freqüentemente contradiga o que se supunha conhecer no passado é explicado pelo avanço cumulativo em direção à objetiva e exata observação da realidade, que seria a marca distintiva da ciência e da mentalidade modernas. Mas tratar-se-ia apenas de um processo cumulativo? Veja-se, por exemplo, que para os antigos e medievais, os corpos leves tendiam a subir e os pesados a descer; assim o fogo subia por ser leve e a água descia por ser comparativamente pesada em relação ao ar. Pobres antigos (sic), não sabiam que a densidade, o estado físico e os movimentos convectivos é que determinam que o granito afunde n’água e que o fogo tenha movimento ascendente por convecção de um plasma.

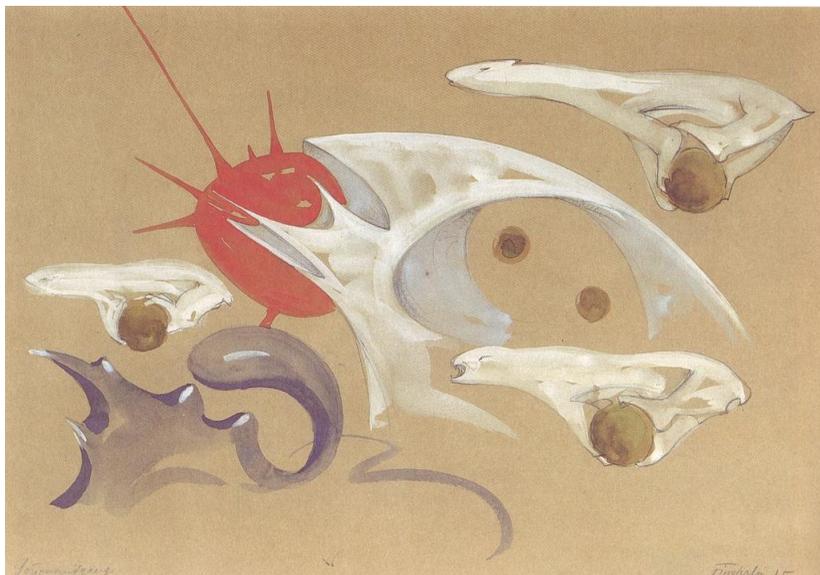


Fig. 02 - Hermann Finsterlin, circa 1924, Sonnenaufgang - Fonte ajourneyroundmyskull.blogspot.com, extraído da obra : DÖHL, Reinhard. Eine Annäherung. Stuttgart: Hatje, 1988.

Que o fogo suba e a água procure descer ou escoar são fatos perfeitamente observáveis, que os antigos observavam muito bem. Mas coisas como densidade, estado físico, trocas de calor e movimentos convectivos não se prestam à simples observação, mas somente à medição por meio de instrumentos. De fato não são coisas, mas conceitos pelos quais podemos determinar, quantificar e construir instrumentos de medida, como termômetros, barômetros, etc. Nossas alegadas observações são condicionadas por conceitos e não o contrário. Esta construção de conceitos a que chamamos ciência moderna constitui, justamente, nossa interpretação da realidade física; a dos antigos era outra, totalmente diferente. Assim considerado, as ciências naturais talvez não sejam tão afastadas da interpretação quanto se acredita, o que não as torna “subjetivas” tampouco.



Fig. 03 - Frank Gehry - seattle's experience music project – 2000 – Fonte : <http://mangoandpalm.blogspot.com>.

Feitas estas considerações, propomo-nos, neste esforço de delimitação e precisão, apresentar aquilo que julgamos caber a cada parte envolvida, com prioridade para a nossa, a arquitetura, é claro. O que é a arquitetura na modernidade? Uma ciência? Uma ciência social aplicada, como a classifica o Lattes? Uma arte? Uma tecnologia? Tomemos, provisoriamente, uma definição escolar: a arquitetura é a atividade cujo produto ou finalidade é o ambiente construído pronto e acabado, reunidos e ajustados todos os componentes físicos, posto para o usuário. Será que essa definição contém uma ciência, ou seja, um sistema de princípios fundamentais e os objetos que estes constituem e delimitam? Certamente, a arquitetura faz uso de métodos e procedimentos produzidos por várias ciências, mas isso é suficiente para que a compreendamos como uma ciência? A sua peculiaridade é justamente coordenar o conjunto de determinantes de modo a que se possa produzir um objeto possível e coerente, e que, assim, possa ser posto para o uso nas práticas sociais.



Fig. 04 - Zaha Hadid - Phaeno Science Center, Wolfsburg, Germany, 1999-2005. Photo: H l ne Binet - Fonte : <http://www.thecityreview.com/zaha.html>.

3. O que   partido de projeto

Podemos agora, estabelecer as condi es nas quais nossa questão possa ser investigada, ou seja, como estudar e pesquisar numa área, como a arquitetura, em que os objetos são produto de uma atividade humana. Esta atividade tem uma história, vem sendo praticada há mil nios ao longo dos quais a compreensão do que seja a arquitetura passou, presumivelmente, por várias transforma es, e isso determina que aqui se trate de uma pesquisa histórica nalgum grau ou noutro. Como formalizar as rela es desses conceitos do que seja a arquitetura com a história dos usos e costumes, bem como das técnicas de constru o? O quê, no produto,   produto da arquitetura e o quê   da técnica? Que sentido há em supor a arquitetura e a tecnologia como atividades distintas? Desde quando e como esta pressuposi o veio a parecer evidente? Na modernidade, quando arquitetura e engenharia se separaram em atividades distintas, o que veio a caber a cada uma?



Fig. 05 - Zaha Hadid - Nuragic and Contemporary Art Museum Cagliari Italy Fonte : forgemind.net.

Assim posto o problema, não podemos, nos limites desta contribuição, mais do que examinar algumas possibilidades. Admitamos preliminarmente que a engenharia civil seja a tecnologia da construção, ou seja, uma atividade que aplica conceitos e procedimentos da ciência na criação e desenvolvimento de materiais, processos e equipamentos para a indústria de construção. As ciências em que se apóia são, de modo geral, a física e a economia, através das quais formaliza o desempenho dos produtos e técnicas e, assim, os torna mensuráveis, empregáveis e administráveis. O rol de conhecimentos científicos que aplica é aberto e não cessa de ampliar-se; inclui a logística, a engenharia de produção, coordenação dimensional e normalização, impacto e sustentabilidade ambiental, potencial de mercado, marketing, negócios, etc. Assim, a engenharia civil estrutura toda a indústria da construção, mas isto não é o mesmo que determinar o espaço construído pronto e acabado tal como chega ao usuário e ao consumidor. Nesta interface intervém a arquitetura.

O que conhecemos hoje como tecnologia se sobrepõe a uma atividade que por milênios constituiu o artesanato. Materiais, métodos e equipamento produtivo eram objeto da tradição artesanal, com incidência pontual, apenas, de atividades “liberais”, como foi com os “fisiólogos” na

antigüidade ocidental⁷. A tradição artesanal, apesar de não ser estática, estava longe do dinamismo cada vez mais vertiginoso do desenvolvimento da tecnologia, o que só enaltece a grandeza, a criatividade e a energia próprias dos engenheiros.



Fig. 06 – Santiago Calatrava - Gare de Lyon-Saint-Exupéry TGV – Fonte Flickr – Todos os direitos reservados a [Manuel.A.69](#).

Mas de que modo, precisamente, a engenharia determina ou julga seus produtos? Acreditamos que todo produto seja analisado por critérios de desempenho formalizados matematicamente; assim, do concreto se mede a resistência, se determina a resistência em função da relação água/cimento, a conveniência de cada variedade nas proporções entre os agregados e entre estes e a “nata”, relação entre aditivos e tempo de pega e cura, composição e durabilidade em ambientes agressivos, etc., etc.. Todas estas medidas, uma vez formalizadas, permitem, ao acrescentar-se os custos de produção, que se faça a análise custo/benefício; aliás, tudo o que se faz na tecnologia é procurar benefício, sempre mais e mais. Talvez não erremos muito ao afirmar que entre as feições e características dos produtos da engenharia e seu desempenho haja algo como uma relação unívoca, que

⁷ VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

a cada ponto ou característica do produto associe um desempenho em vista do benefício. Isso não quer dizer que não se possa, e que não se faça com frequência, descobrir nos produtos da tecnologia possibilidades não determinadas de antemão por esse método.



Fig. 07 - Santiago Calatrava - Gare de Lyon-Saint-Exupéry TGV – Fonte <http://losparaísos.blogspot.com/2006/06/arqt-estacin-de-lyon-satolas-santiago.html>.

As ciências humanas e sociais com que a arquitetura faz fronteira - a geografia urbana e a sociologia, por exemplo - costumam aplicar seus métodos para determinar perfis de usuários, necessidades manifestadas pelos grupos de usuários, etc.. Pode-se dizer, sem muito medo de errar, que tais pesquisas constituem métodos de correspondência unívoca entre necessidades conhecidas e objetos ou características dos objetos desejados. Sob esse aspecto exibem um traço análogo à tecnologia e, por assim dizer, “trocam figurinhas” com ela, constantemente.

Veremos adiante que a arquitetura não se encaixa muito bem num método de correspondência desse tipo, o que não quer dizer que a atividade dos arquitetos seja indiferente aos procedimentos da tecnologia e das ciências sociais, nem que sua atividade, que se dá na linha de frente do

contato dos produtos com o público usuário, não costuma reverter como um *feed-back* para os produtos da engenharia; muito pelo contrário! Isso, contudo, faz com que o campo de pesquisas da tecnologia da indústria da construção não comporte uma linha demarcatória perfeitamente clara e indelével entre as atividades dos engenheiros e as dos arquitetos; trata-se de um campo de cooperação no qual, sem embargo das diferenças, a atribuição de créditos deva ser feita caso a caso. Nem se deve excluir, tampouco, que alguns arquitetos desempenhem como engenheiros, e que alguns engenheiros desempenhem como arquitetos; as relações entre as duas atividades são propícias à elasticidade das motivações e das capacidades humanas envolvidas, bem como ao aproveitamento de oportunidades.



Fig. 08 - Santiago Calatrava - Gare de Lyon-Saint-Exupéry TGV – Fonte http://www.taringa.net/posts/tv-peliculas-series/2783171/Docus-arq-012---09_23---santiago-calatrava---satolas---spa.html.

Mas, e a arquitetura? A arquitetura concebe e determina o espaço construído pronto e acabado, na totalidade dos componentes e equipamentos postos para o usuário. Seria viável, em face dessa definição escolar, um método de projeção produto-benefício do tipo que dá conta da tecnologia? Se tomarmos a máxima “a forma segue a função”, como o enunciado do funcionalismo, não teremos um método de projeção que a cada função ou necessidade faz corresponder um elemento do objeto construído? E isto é tudo? Se assim fosse, num concurso de projetos, dado

um único tema ou problema para todos os concorrentes, seria de esperar, apenas, que os vários projetos apresentassem soluções que se afastassem da “solução ótima”, ou melhor possível, segundo um desvio padrão. No entanto, o que se verifica não é isso, e sim diferenças dramáticas que lançam os júris em controvérsias e dificuldades, das quais nem sempre emergem decisões inequívocas, mas, em todo caso, justificadas pelo brilho ou oportunidade de um projeto e, dificilmente, por graus de correspondência a uma tabela de desempenhos.



Fig. 09 - Santiago Calatrava - Gare de Lyon-Saint-Exupéry TGV – Fonte http://www.taringa.net/posts/tv-peliculas-series/2783171/Docus-arq-012---09_23---santiago-calatrava---satolas---spa.html.

O célebre historiador da arquitetura Auguste Choisy⁸ sustentava, no espírito do funcionalismo, que a obra arquitetônica resultaria da cuidadosa consideração do terreno (relevo, hidrologia, vegetação, clima, orientação, inserção no urbano e na infraestrutura), dos usos e costumes que conformam os programas utilitários, e das técnicas e dos materiais disponíveis num tempo e num local determinados.

⁸ CHOISY, Auguste. **Historia de la arquitectura**. Buenos Aires : Editorial Victor Leru, 1974.

Outra formulação do problema foi proposta por Geoffrey Scott em seu célebre “The Architecture of Humanism”⁹. Nessa obra, o esteta britânico postulava que os produtos da arquitetura deveriam responder a três ordens de considerações: a ciência nos materiais, processos e concepção estrutural, a finalidade utilitária que justifica moral e socialmente a obra e, por fim, uma emoção estética desinteressada. À primeira vista, basta que se acrescente os fatores terreno e clima e teremos o mesmo rol de critérios de Choisy; mas só à primeira vista! Scott esclarecia que as três ordens de critérios, que correspondem aproximadamente à “razão pura”, à “razão prática” e ao “juízo estético”, ou seja, à divisão fundamental das faculdades do espírito humano segundo Kant, estão em permanente conflito entre si, fazendo exigências desmesuradas e conflituosas umas às outras. Não seria nem mesmo razoável esperar que fosse possível satisfazer às três igualmente, motivo pelo qual cada projeto daria prioridade a alguns aspectos em detrimento ou menor interesse pelos outros. Aqui, enfim, encontramos uma formulação mais condizente com as dramáticas diferenças que se vê nos concursos de projeto e que rejeita e afasta a crença de que o projeto arquitetônico realize relações unívocas entre produto e desempenho, forma e função e entre necessidades e as respectivas satisfações.

Mas Scott ia além e, através de suas proposições podemos entrever o quanto a arquitetura é suscetível a interpretações e deslocamentos de sentido ao longo da história, tanto do sentido das obras quanto das idéias. Quanto a estas últimas, a modernidade trouxe, entre tantos outros, o complicador das “visões de mundo” e de sua multiplicidade e controvérsias, o que responde pelos vários programas das vanguardas da arte e da arquitetura. O postulado tomado por Scott de que a arquitetura e suas imagens artísticas tivessem possibilidades limitadas, mas, em todo caso, próprias a seus meios, conduziu-o a um caminho problemático, mas nem por isso menos interessante. Em primeiro lugar, este postulado de que a arquitetura tivesse possibilidades e imagens artísticas próprias a seus materiais e procedimentos não corresponde a um modo de compreender o que se tornou conhecido como autonomia da arte ou da disciplina? E Scott dava um jeito de que esta finalidade inerente à arquitetura encontrasse ancestrais de prestígio inquestionável e, por conseguinte, raízes nas profundezas da constituição humana. Sua leitura de Vitruvius e da tradição clássica à luz da *Einführung* de Theodor Lipps, propunha que o sentido da linguagem clássica, dos gregos ao renascimento, fosse o antropomorfismo entendido como projeção psico-física ou anímica do homem para com a

⁹ SCOTT, Geoffrey. **Arquitectura del Humanismo** – um estúdio sobre la historia del gusto. Barcelona : Barral Editores S.ª, 1970.

forma de suas obras. E propunha o retorno renovado ao antropomorfismo clássico como linguagem universal da arquitetura na modernidade, após seu declínio, por alguns séculos, sob o peso das confusões que a ciência, a técnica, a indústria, a “ciência” da história e a moral social haviam trazido.

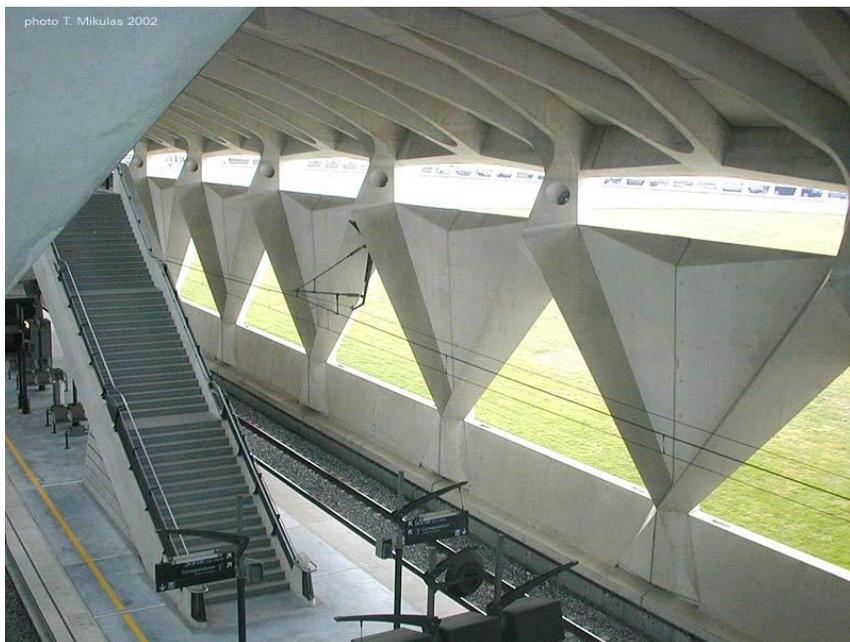


Fig. 10 - Santiago Calatrava - Gare de Lyon-Saint-Exupéry TGV – Fonte <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=626271&page=6>.

Ocorre que uma linguagem universal para a arquitetura é justamente o que ficou conhecido como “estilo”, uma noção central a todas as dificuldades oitocentistas como o historicismo e o ecletismo. O pós-modernismo de Charles Jencks, como para confirmar a caracterização de “vanguarda retroversa”¹⁰ que já se lhe aplicou, subscreveu a aposta de Scott na figura do “classicismo pós-moderno”, uma modalidade que foi intensamente praticada nos anos oitenta e que logo se esgotou para o gosto e a sensibilidade, reiterando a constatação de Loos sobre a impossibilidade

¹⁰ HABERMAS, Jürgen. **Arquitetura Moderna e Pós-moderna**. In : ARANTES, Paulo Eduardo e ARANTES, Otília B. Fiori. **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo : Brasiliense, 1992.

de haver um estilo na modernidade. Contudo, a pergunta mais interessante e inquietante permanece em aberto: o quê, precisamente, tornava possível o estilo em outras épocas da história e não mais está aí na modernidade? O desgaste dos estilos seria mera consequência do ritmo e da voracidade da produção e circulação das imagens, ou haveria mais coisas?

Sem embargo desses aspectos problemáticos, as colocações de Scott permitem avançar um pouco no entendimento do que seja o “partido de projeto”. Qual o sentido, afinal, dessa expressão de origem incerta? É fato, contudo, que ela esteja em uso corrente na linguagem dos arquitetos brasileiros, da crítica e do ensino de arquitetura e, se conseguirmos determinar-lhe o sentido, estaremos contribuindo para a continuidade crítica das experiências da arquitetura moderna no Brasil. O dicionário Houaiss traz a seguinte definição de partido no sentido arquitetônico, a qual expressa o consenso lingüístico na área profissional : *“consequência formal decorrente de uma série de fatores determinantes de uma construção, tais como o programa do edifício, a topografia do terreno, as condições locais, as verbas disponíveis, a legislação e, principalmente, a intenção plástica do autor do projeto”*. Se cavarmos um pouco mais fundo no sentido da expressão, teremos que “partido” significa parte ou cortar e separar partes e lhes conferir caráter e sentido diferenciado em relação ao todo e entre si. Tomar um partido ao conceber um projeto é escolher entre possibilidades, entre as que terão prioridade e as que estarão em segundo plano. O partido de projeto é a justiça e a injustiça do projeto, uma vez que uma não vem sem a outra. O partido é injusto à medida que relega possibilidades válidas à sombra, não lhes permitindo eclodir plenamente; mas é justo à medida que, ao promover certas possibilidades, cria uma significação que não é a mera soma das possibilidades. O partido é justo à medida que cria algo intenso e significativo que não estava previsto numa tabela de necessidades programáticas; cria algo novo. Por isso, só se pode confrontar os projetos apresentados num concurso pelo brilho e pela oportunidade de cada um; mas fica claro, também, porque as premiações podem ter lá sua sombra de injustiça, por mais convincentes que tentem ser.

Tomar ou adotar um partido de projeto não é escolher numa tabela de condicionantes do projeto. Cada partido articula o que promove e o que exclui numa imagem ou forma possível, numa articulação de elementos e partes que conformem uma unidade possível, que vai se desenhando à medida que o arquiteto estuda e faz tentativas, e que estas resistam aos seus questionamentos. O partido surge, torna-se convincente e mostra-se justo quando resiste aos questionamentos e consolida-se no chamado “estudo preliminar”. Este último tem uma denominação consagrada mas rigorosamente equivocada, pois “preliminar” significa “anterior ao limiar” ou

“anterior ao começo”. Portanto, ao pé da letra, significaria “anterior ao começo do projeto”, algo prévio e meramente condicionante ou referencial. Mas não é o que acontece, pois o “estudo preliminar” fixa o partido e é a mais importante etapa do projeto, em relação à qual as etapas seguintes, o “ante-projeto”, o “projeto executivo” e o acompanhamento de obra são decorrências, o que não quer dizer que estes não sejam importantes e decisivos para que o partido venha à luz em vez de ser arruinado e repudiado.

Qualquer descrição do processo que conflui no “estudo preliminar” deve incluir mais uma observação. A imagem ou a forma que o partido articula é já uma forma construtiva desde o primeiro traço, caso contrário essa imagem não seria de uma arquitetura possível. Há uma camada dentre as várias linguagens que o arquiteto faz conversarem entre si, que poderíamos chamar de instrumentalidade, ou a linguagem de conceber e produzir instrumentos, no caso, estruturas estáveis e habitáveis. Isso não quer dizer que a arquitetura não converse e se beneficie de linguagens diferentes, de caráter não-instrumental. Ocasionalmente, trabalhos são desenvolvidos por arquitetos ou artistas que, em nome de ampliar e renovar as formas da arquitetura, levam a cabo experiências com linguagens não construtivas ou não estruturais. É o que fazia o escultor Hermann Finsterlin (1887 - 1973), que criava esculturas de uma arquitetura imaginária (Figs. 01 a 05). Seu método parece refletir-se, nas condições da tecnologia atual, em obras de Franck Gehry (fig. 06) e de Zaha Hadid (fig. 07 a 09), por exemplo, sem embargo da enorme senão diametral diferença de significados entre as obras destes e a daquele. Há experimentos que levaram a linguagem da instrumentalidade além de suas possibilidades de momento, como era o caso de muitos projetos dos construtivistas soviéticos e que hoje se refletem em certas obras de Zaha Hadid e Bernard Tschumi, quando a tecnologia já os tornou viáveis ou financeiramente suportáveis. Por outro lado, as formas biomórficas de Finsterlin voltam a aparecer na concepção rigorosamente estrutural de Santiago Calatrava (fig. 10 a 19).

4. Conclusões

Os cientistas sociais, os geógrafos urbanos, os planejadores urbanos, sejam arquitetos ou não, engenheiros de diversas modalidades, e todos os profissionais envolvidos com a formulação e aplicação das chamadas “políticas públicas” são, por razão de sua função, os mais imbuídos de doutrinas da moralidade social, desde liberais até socialistas. A moral e a responsabilidade que carregam impõe-lhes que adotem um método de projeção do tipo decisão-benefício. Não admira, portanto, que

tendam a compreender uma atividade produtiva, como a arquitetura, em termos análogos aos da tecnologia. As dificuldades de entendimento horizontal fazem com que, não raro, deixem de captar o sentido do partido do projeto, do que decorrem conflitos com a arquitetura. Todos estes profissionais têm, numa medida ou noutra, a cidade e o território como objeto de estudo e de ação, mas seus papéis e procedimentos variam sensivelmente; a comunidade de objeto pode iludir e fazer parecer que os procedimentos sejam os mesmos. Para voltar ao nosso exemplo, um mesmo baralho de cartas serve a jogos que não poderiam ser mais diferentes um do outro. Por isso, talvez não seja exagero dizer que a arquitetura é uma atividade que ainda se ressentida de um déficit de compreensão sobre seu papel e sobre seu caráter, e que os profissionais e os departamentos universitários de arquitetura têm muito a fazer ainda em termos de esclarecimento do público.

5. Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **The Concept of History : Ancient and Modern**. In: **Between Past and Future**. Londres : Penguin Books, 2006.

CHOISY, Auguste. **História de la arquitectura**. Buenos Aires : Editorial Victor Leru, 1974.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GABRIEL, M. F. **A filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein: uma possibilidade de compreender a arquitetura?** Relatório de conclusão de pesquisa bial 2010-11, Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente, SP.

HABERMAS, Jürgen. **Arquitetura Moderna e Pós-moderna**. In : ARANTES, Paulo Eduardo e ARANTES, Otília B. Fiori. **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

POPPER, Karl. **The poverty of historicism**. Londres: Routledge & Kegan, 2007.

SCOTT, Geoffrey. **Arquitectura del Humanismo** – um estudo sobre la historia del gusto. Barcelona : Barral Editores S.^a, 1970.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical investigations**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1973